

# Tribunal Regional Federal – 2ª Região

## Analista Judiciário – Contabilidade

### *Lingua Portuguesa*

Leia atentamente os textos a seguir e responda às respectivas questões:

Texto 1:

#### **CULTURA E SOCIEDADE**

Creio que é somente na década de 40 que se pode considerar seriamente a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa no Brasil. Claro, é sempre possível recuarmos no passado e encontrarmos exemplos que atestam a existência dos “meios” de comunicação. A imprensa já havia consagrado desde o início do século formas como os jornais diários, as revistas ilustradas, as histórias em quadrinhos. Mas não é a realidade concreta dos modos comunicativos que institui uma cultura de mercado, é necessário que toda a sociedade se reestruture para que eles adquiram um novo significado e uma amplitude social. Se apontamos os anos 40 como o início de uma “sociedade de massa” no Brasil é porque se consolida neste momento o que os sociólogos denominaram de sociedade urbano-industrial. Não nos cabe retomar as análises já realizadas sobre este tema, mas é importante lembrar que a sociedade brasileira, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, se moderniza em diferentes setores. A velha sociologia do desenvolvimento costumava descrever essas mudanças sublinhando fenômenos como o crescimento da industrialização e da urbanização, a transformação do sistema de estratificação social com a expansão da classe operária e das camadas médias, o advento da burocracia e das novas formas de controle gerencial, o aumento populacional, o desenvolvimento do setor terciário em detrimento do setor agrário. É dentro desse contexto mais amplo que são redefinidos os antigos meios (imprensa, rádio e cinema) e direcionadas as técnicas como a televisão e o *marketing*. Sabemos que é nas grandes cidades que floresce este mundo moderno; a questão que se coloca é conhecermos como ele se estrutura, e em que medida determina parâmetros novos para a problemática da cultura. Por isso se faz necessário entender como se articulam no período os diversos ramos de produção e de difusão de massa.

**(Renato Ortiz. *A moderna tradição brasileira*. Rio: Brasiliense, 1988. P. 38-9)**

1 - O conteúdo presente ao longo do texto e que lhe garante unidade de assunto é:

- a) Surgimento de uma cultura de massa no Brasil;
- b) Influência da sociedade industrial nos costumes da população brasileira;
- c) Teses da sociologia do desenvolvimento sobre a sociedade brasileira;
- d) Expansão da classe operária e das camadas médias da população;
- e) Presença dos meios de comunicação na formação social brasileira.

**2** - O emprego da primeira pessoa do plural tem duplo valor no texto: ora refere-se apenas ao autor, ora inclui outros indivíduos. A alternativa em que ambas as formas de primeira pessoa do plural se referem apenas ao autor é:

- a) recuamos – sabemos;
- b) sabemos – não nos cabe;
- c) recuamos – não nos cabe;
- d) apontamos – sabemos;
- e) não nos cabe – apontamos.

**3** - No trecho “o desenvolvimento do setor terciário em detrimento do setor agrário”, a locução sublinhada significa:

- a) em proveito de;
- b) a despeito de;
- c) por causa de;
- d) em prejuízo de;
- e) em consequência de.

**4** - Na nova redação dada a certas passagens do texto, cometeu-se um erro gramatical na opção:

- a) A imprensa já consagrara desde o início do século formas como os jornais diários;
- b) Sabemos que são nas grandes cidades que floresce este mundo moderno;
- c) Por isso faz-se necessário entender como se articulam no período os diversos ramos de produção e de difusão de massa;
- d) São sempre possíveis o recuo no passado e o encontro de exemplos que atestam a existência dos “meios” de comunicação;
- e) Não é a realidade concreta dos modos comunicativos, todavia, que institui uma cultura de mercado.

**5** - A alternativa em que o deslocamento do pronome oblíquo átono foi efetuado de acordo com as normas do padrão culto escrito do português é:

- a) que pode considerar-se seriamente;
- b) que toda a sociedade reestruture-se;
- c) como articulam-se;
- d) A questão que coloca-se;
- e) Não cabe-nos retomar as análises.

**6** - As quatro ocorrências da palavra “que” no trecho abaixo

“Sabemos que é nas grandes cidades que floresce este mundo moderno; a questão que se coloca é conhecermos como ele se estrutura, e em que medida determina parâmetros novos para a problemática da cultura” estão corretamente classificadas na opção:

- a) conjunção integrante – pronome relativo – palavra expletiva – pronome relativo;
- b) pronome indefinido – palavra expletiva – pronome relativo – conjunção integrante;
- c) conjunção integrante – palavra expletiva - pronome relativo – pronome indefinido;

- d) pronome indefinido – conjunção integrante – palavra expletiva – pronome relativo;
- e) palavra expletiva – pronome relativo – pronome indefinido – conjunção integrante.

7 - Se compararmos a frase “É nas grandes cidades que floresce este mundo moderno” com sua variante “Este mundo moderno floresce nas grandes cidades”, notaremos que a primeira construção dá realce à parte sublinhada graças ao emprego de ‘É ... que’. A opção que apresenta outro exemplo desse mesmo tipo de construção é:

- a) “...é necessário que toda a sociedade se reestruture”;
- b) “...a questão que se coloca é conhecermos como ele se estrutura...”;
- c) “É dentro desse contexto mais amplo que são redefinidos os antigos meios...”;
- d) “...mas é importante lembrar que a sociedade brasileira (...) se moderniza em diferentes setores.”;
- e) “...é sempre possível recuarmos no passado...”.

8 - O verbo FLORESCER escreve-se com o dígrafo ‘SC’, tanto quanto CRESCER e NASCER. Dentre as alternativas abaixo, cometeu-se erro de grafia pelo uso indevido desse dígrafo em:

- a) suscitar – descer - prescindir;
- b) rejuvenescer – suscinto – ressuscitar;
- c) piscina – ascensão – disciplina;
- d) rescindir – remanescente – abscesso;
- e) miscigenação – recrudescer – condescender.

Texto 2:

### A ÁRVORE E O HOMEM

O PRIMEIRO... problema que as árvores parecem propor-nos é o de nos conformarmos com a sua mudez. Desejaríamos que falassem, como falam os animais, como falamos nós mesmos. Entretanto, elas e as pedras reservam-se o privilégio do silêncio, num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudar. Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta, fundada como está na linguagem articulada, no jogo de transmissão do mais íntimo pelo mais coletivo. Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, a que os humanos atingem por alguns instantes e através da tragédia clássica. Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe a nossa intemperança. Então, incapazes de trazê-lo para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo. Ele pende, lápis ou óleo, de nossa parede, mas esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados. O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parece vagamente aborrecê-la, e certas árvores de Van Gogh, na sua crispação, têm algo de protesto.

(ANDRADE, C. Drummond de. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973. p. 798)

9 - É FALSO afirmar, a respeito do conteúdo desse texto, que:

- a) a capacidade da fala é atribuída a todos os seres animados;
- b) seu autor reforça a tese de que, para os seres humanos, a posse da linguagem articulada é um privilégio;
- c) o silêncio das árvores é um mistério para os cientistas;

- d) o desenho e a pintura são simples artifícios para integrar as árvores no ambiente social e humano;
- e) parece às árvores que a socialização da intimidade através da linguagem articulada é uma indiscrição.

**10 -** No texto, a maioria das palavras e expressões refere-se basicamente a dois universos: o das árvores e o dos homens. A alternativa que reúne EXCLUSIVAMENTE palavras relativas ao universo dos homens é:

- a) crispação – silêncio;
- b) intemperança – botânicos;
- c) paisagem – impermeabilidade;
- d) cuidados – solitário;
- e) atmosfera – mudez.

**11 -** A atribuição de características humanas às árvores vem expressa no texto por várias expressões/palavras, EXCETO pela da opção:

- a) propor-nos;
- b) fiéis;
- c) grave;
- d) ignorar;
- e) domesticidade.

**12 -** Algumas passagens do texto foram reescritas abaixo com mudança da posição de algum de seus termos. Feita a alteração, a pontuação tornou-se INCORRETA em:

- a) O tronco vive grave e solitário num estado de impermeabilidade;
- b) Incapazes, então, de trazê-lo para a nossa domesticidade... ;
- c) Subindo até o quadro, o fumo dos cigarros parece vagamente aborrecê-la;
- d) Conformarmo-nos com a sua mudez, é o primeiro problema que as árvores parecem propor-nos;
- e) Elas e as pedras reservam-se entretanto o privilégio do silêncio.

**13 -** Na nova redação dada a algumas passagens do texto, cometeu-se um erro gramatical na opção:

- a) O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parecem vagamente aborrecê-la;
- b) ...uma composição social que a elas talvez se afigure monstruosamente indiscreta;
- c) Entretanto, elas e as pedras reservam para si o privilégio do silêncio;
- d) ...num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudarem;
- e) Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe nossa intemperança.

**14 -** Os conectivos “Entretanto” e “Então” encadeiam partes do texto exprimindo, respectivamente:

- a) oposição e consequência;
- b) oposição e tempo;
- c) tempo e consequência;
- d) tempo e conclusão;
- e) tempo e tempo.

**15** - No trecho “Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, *a que os humanos só atingem* por alguns instantes”, é opcional a ocorrência da preposição “a” antes do complemento do verbo ATINGIR, pois este verbo pode ser transitivo direto ou transitivo indireto no padrão culto escrito. A mesma dupla regência é admissível em:

- a) Ele era um escritor que desdenhava a fama a que aspiravam seus compatriotas;
- b) A solução a que os médicos recorreram produziu resultados animadores;
- c) A igreja a que me refiro foi construída no século XVII;
- d) A unificação do objetivo a que visavam seus integrantes explica o sucesso da equipe;
- e) Esta é uma tese a que muitas pessoas preferem aderir por pura comodidade.

**16** - O verbo PROPOR está erradamente flexionado na opção:

- a) O poeta não acreditava que as árvores lhe propusessem algum problema;
- b) O poeta não acredita que as árvores lhe proponham algum problema;
- c) O poeta ficará surpreso se as árvores lhe proporem algum problema;
- d) O poeta ficava surpreso quando as árvores lhe propunham algum problema;
- e) O poeta fica surpreso quando as árvores lhe propõem algum problema.

**17** - Os pronomes relativos que introduzem as orações a seguir destacadas – “que as árvores parecem propor-nos”, “em que todos os seres têm pressa” e “que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta” – desempenham, respectivamente, as funções sintáticas de:

- a) sujeito – complemento nominal – sujeito;
- b) objeto direto – adjunto adverbial – sujeito;
- c) predicativo – objeto indireto – sujeito;
- d) predicativo – adjunto adverbial – objeto direto;
- e) sujeito – objeto indireto – sujeito.

**18** - Não seguem a mesma regra de acentuação gráfica os vocábulos reunidos na opção:

- a) privilégio – artifício – tragédia – barbárie;
- b) fiéis – através – lençóis – chapéu;
- c) lápis – íris – bílis – cútis;
- d) árvore – clássica – íntimo – século;
- e) até – está – cipó – após.

**19** - O trecho “Então, incapazes de trazê-lo para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo” vem reescrito abaixo com alterações no emprego dos pronomes pessoais. A frase que continua gramaticalmente correta no uso culto escrito após essas alterações é:

- a) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, o consideramos um elemento da paisagem, e lhe pintamos;
- b) Então, incapazes de trazer-lhe para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e o pintamos;

- c) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, lhe consideramos um elemento da paisagem, e pintamo-lo;
- d) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem e pintamos-lhe;
- e) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem e o pintamos

**20** - Em "...esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados", há um exemplo de crase, assinalada pelo sinal grave. A alternativa em que este sinal foi erradamente utilizado é:

- a) A equipe deve o êxito da campanha à boa forma de seus atletas;
- b) O fornecimento de energia elétrica só foi normalizado à 1 hora da madrugada;
- c) Não posso deixar de assistir à esta parte da novela;
- d) Os formandos ficarão sentados à nossa direita;
- e) Os rebeldes foram levados à presença do rei.

## **Contabilidade Pública**

**21** - A Divisão de Inspeção de Contabilidade – Contadoria Central do Estado, em 1954, conceituou a Contabilidade Pública como:

- a) o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública, o patrimônio público e suas variações;
- b) a ciência que estuda o patrimônio à disposição das aziendas;
- c) a ciência que estuda o patrimônio à disposição das aziendas, em seus aspectos estáticos e em suas variações;
- d) o ramo da contabilidade que estuda o patrimônio público e demonstra a sua organização e execução técnica;
- e) o ramo da contabilidade que enuncia, por meio de fórmulas racionalmente deduzidas, os efeitos da administração.

**22** - A contabilidade pública, segundo as especializações, divide-se em contabilidade:

- a) municipal, estadual e federal;
- b) agrícola, financeira e pastoril;
- c) orçamentária, pública e industrial;
- d) financeira, orçamentária e patrimonial;
- e) patrimonial, municipal e estadual.

**23** - Os bens que formam o patrimônio do Estado classificam-se, segundo o critério jurídico, em bens:

- a) naturais, artificiais e de uso comum;
- b) de uso comum do povo, de uso especial e dominiais;
- c) de uso especial, artificiais e imóveis;
- d) imóveis, naturais e dominiais;
- e) de defesa nacional, imóveis e de uso especial do povo.

**24** - Constitui/Constituem "direito(s) das entidades públicas", contabilmente:

- a) créditos realizáveis a curto e longo prazo;
- b) bens imóveis;
- c) bens de natureza industrial;
- d) restos a pagar;
- e) dívida fundada interna.

**25** - A dívida pública pode ser desdobrada em:

- a) fundada e consolidada;
- b) passiva e ativa;
- c) flutuante e fundada;
- d) flutuante e passiva;
- e) passiva e consolidada.

**26** - Segundo o critério contábil, os bens públicos são classificados em:

- a) bens imóveis, bens de natureza industrial, bens de defesa nacional, bens científicos e artísticos, bens de natureza agrícola, bens semoventes, valores e créditos;
- b) valores, créditos, semoventes, hospitais, escolas, casa da moeda, escolas industriais e navios de guerra;
- c) bens industriais, bens agrícolas, bens de uso comum, bens de uso especial, navios de guerra, valores e créditos;
- d) bens de defesa nacional, valores, créditos, bens móveis, bens imóveis, bens industriais, bens de uso especial, hospitais militares;
- e) ministérios, hospitais militares, quartéis, bens semoventes, bens móveis, valores e créditos.

**27** - São bens de uso comum do povo:

- a) mares, baías, ruas, quartéis e escolas;
- b) praças, edifícios, terrenos públicos, hospitais;
- c) ruas, praças, baías, mares e lagos;
- d) arsenais, praças, escolas, quartéis e avenidas;
- e) mares, praças, estabelecimentos públicos, escolas públicas e fontes.

**28** - Nos termos da lei federal nº 4.320, de 17/03/64, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de:

- a) unidade, clareza e anualidade;
- b) unidade, universalidade e anualidade;
- c) programação, universalidade e clareza;
- d) planejamento, programação e controle;
- e) planejamento, controle e exclusividade.

**29** - Na forma constitucional, a elaboração da lei orçamentária anual será orientada pela:

- a) lei que instituir o plano plurianual;
- b) norma geral do direito financeiro;
- c) lei de diretrizes orçamentárias;

- d) lei complementar, relativa à matéria;
- e) própria Constituição Federal.

**30** - Na forma da legislação vigente, caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base, na proposta orçamentária, à:

- a) fixação da receita;
- b) arrecadação da receita;
- c) limitação da despesa;
- d) estimativa da receita;
- e) regulamentação dos gastos.

**31** - O órgão central do Sistema Orçamentário Federal que tem como principal atribuição institucional a coordenação da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Público Federal é:

- a) o Ministério da Fazenda;
- b) a Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais -SEST ;
- c) a Secretaria de Orçamento Federal - SOF;
- d) o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado;
- e) a Presidência da República.

**32** - O Professor Lino Martins da Silva, em Contabilidade Governamental, ao apresentar as características dos orçamentos públicos, para fins de estudo, afirma que “o aspecto que diz respeito a sua característica de Plano de Governo ou Programa de Ação do grupo ou facção partidária que detém o poder” é:

- a) social;
- b) político;
- c) jurídico;
- d) econômico;
- e) financeiro.

**33** - O Professor Lino Martins da Silva, em Contabilidade Governamental, destaca que as decisões de planejamento refletem-se no processo de orçamento e, por outro lado, decisões orçamentárias influem no processo de planejamento. Assim, ao analisar as decisões que afetam o assunto, afirma que o processo orçamentário adotado no Brasil é o:

- a) descendente;
- b) ascendente;
- c) intermediário ou misto;
- d) plural;
- e) simplificado.

**34** - Dentre as principais etapas da elaboração dos instrumentos orçamentários, – citados pelo professor Lino Martins da Silva, em Contabilidade Governamental – aquela cuja atividade é a “indicação, pelas unidades operacionais, dos programas de trabalho a serem desenvolvidos, discriminando: funções, programas, projetos e atividades, códigos de despesa e fonte de recursos” corresponde à:

- a) preliminar;
- b) inicial;

- c) intermediária;
- d) conclusiva;
- e) final.

**35** - Segundo ainda o professor Lino Martins da Silva, os recursos consignados em reserva de contingência na Lei Orçamentária, que serão utilizados para abertura de créditos suplementares, constituem:

- a) dotação global não especificamente destinada a determinado programa ou unidade orçamentária;
- b) verba especial à disposição do Legislativo;
- c) valor disponível para determinado projeto especial;
- d) disponibilidade para programa específico;
- e) disponibilidade para especial cobertura de operações de crédito.

**36** - Dentre os vários métodos de estimativa da receita pública, temos “aquele segundo o qual a estimativa é efetuada em torno das várias circunstâncias que tenham influído ou venham a influir numa melhor arrecadação”, e que é conhecido como o método:

- a) das médias trienais;
- b) automático;
- c) das majorações;
- d) direto;
- e) da extrapolação.

**37** - As despesas são classificadas nas categorias econômicas: Correntes e de Capital. As dotações destinadas à constituição de aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros, classificam-se como:

- a) despesas de custeio;
- b) transferências correntes;
- c) investimentos;
- d) inversões financeiras;
- e) transferências de capital.

**38** - A despesa pública deve obedecer fundamentalmente a determinados princípios. Aquele que se evidencia na própria execução da despesa em função de uma necessidade pública (ação política) e de uma necessidade coletiva (ação social) é o princípio da:

- a) economicidade;
- b) legalidade;
- c) oportunidade;
- d) legitimidade;
- e) utilidade.

**39** - Após a promulgação da Lei Orçamentária e com base nos limites fixados, o Poder Executivo aprovará, imediatamente, um quadro de cotas orçamentárias da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, o qual compreende:

- a) o Destaque de Crédito;
- b) a Provisão de Crédito Orçamentário;
- c) a Programação Financeira de Desembolso;
- d) a Relação de Projetos;

e) o Programa de Trabalho.

**40** - Nos termos da legislação vigente, a despesa orçamentária passa por 3 (três) estágios, a saber: empenho, liquidação e pagamento. No entanto, o professor Heilio Kohama (Contabilidade Pública) argumenta que também deve ser registrada como uma etapa ou estágio da despesa a:

- a) previsão;
- b) programação;
- c) discussão;
- d) fixação;
- e) conferência.

**41** - As variações que não se originam da execução orçamentária e que provocam modificação no patrimônio, aumentando-o, são as:

- a) passivas independentes da execução orçamentária;
- b) superveniências passivas;
- c) ativas independentes da execução orçamentária;
- d) orçamentárias independentes;
- e) mutações patrimoniais.

**42** - De acordo com o professor Heilio Kohama (Contabilidade Pública: teoria e prática), "nas entidades de direito público interno e respectivas autarquias, a estruturação das contas é feita para atender à legislação relativa às normas de direito financeiro, ou seja, normas gerais de orçamento e de contabilidade pública e são escrituradas nos seguintes sistemas":

- a) orçamentário, industrial, patrimonial e tributário;
- b) financeiro, industrial, fiscal e judiciário;
- c) de compensação, fiscal, legislativo e social;
- d) legislativo, tributário, social e judiciário;
- e) orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.

**43** - O sistema de contas que controla todas as receitas e despesas movimentadas pelo Estado, em decorrência da lei orçamentária, denomina-se:

- a) orçamentário;
- b) patrimonial;
- c) extra-orçamentário;
- d) financeiro;
- e) econômico.

**44** - A compra de um bem móvel permanente, por um órgão da administração pública, irá gerar lançamentos nos sistemas:

- a) orçamentário, financeiro e patrimonial;
- b) orçamentário e financeiro;
- c) financeiro e patrimonial;
- d) patrimonial, financeiro e de compensação;
- e) financeiro e orçamentário.

**45** - Na desincorporação de um bem móvel, o lançamento será:

- a) D: variações passivas

- independente da execução orçamentária  
C: variações ativas;
- b) D: bens móveis  
C: variações passivas  
mutações patrimoniais;
- c) D: variações ativas  
C: bens móveis;
- d) D: variações passivas  
independente da execução orçamentária  
C: bens móveis;
- e) D: bens móveis  
C: variações ativas  
independente da execução orçamentária.

**46 -** Segundo a lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados:

- a) nos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e nas variações orçamentárias;
- b) nas demonstrações das variações patrimoniais e nos balanços orçamentário e financeiro;
- c) nos balanços gerais e nas demonstrações das variações ativas;
- d) nas variações independentes da execução orçamentária e nos balanços financeiro e orçamentário;
- e) nos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

**47 -** As variações ativas e passivas são subdivididas em::

- a) resultantes e independentes da execução orçamentária;
- b) resultantes e independentes da execução extra- orçamentária;
- c) dependentes e independentes da variação extra- orçamentária;
- d) dependentes e independentes da execução patrimonial;
- e) independentes e decorrentes da execução financeira.

**48 -** O saldo patrimonial é representado pela:

- a) subtração entre o ativo permanente e o passivo permanente;
- b) diferença entre o ativo e o passivo;
- c) subtração entre patrimônio líquido e o passivo;
- d) diferença entre o passivo permanente e o financeiro;
- e) adição do passivo financeiro com o ativo financeiro.

**49 -** As superveniências e as insubsistências são chamadas “ativas” quando:

- a) promovem uma diminuição da situação líquida patrimonial;
- b) determinam uma diminuição da situação líquida ativa;
- c) promovem o restabelecimento de um passivo;
- d) determinam uma diminuição do ativo;
- e) promovem um aumento da situação líquida patrimonial.

**50** - O restabelecimento de restos a pagar classifica-se como uma:

- a) superveniência ativa;
- b) superveniência passiva;
- c) insubsistência patrimonial;
- d) insubsistência passiva;
- e) superveniência patrimonial.

## ***Direito Administrativo***

**51** - A remoção de servidor público promovida pelo superior hierárquico, por motivo de inimizade pessoal, é exemplo de:

- a) desvio de poder;
- b) poder hierárquico;
- c) ato discricionário;
- d) poder de polícia;
- e) condescendência criminosa.

**52** - O atributo que se distingue pela característica de o ato administrativo se impor a terceiro independentemente de sua concordância denomina-se:

- a) tipicidade;
- b) auto - executoriedade;
- c) imperatividade;
- d) presunção de legitimidade;
- e) coercibilidade.

**53** - De acordo com o regime estatutário federal, o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria denomina-se:

- a) readmissão;
- b) reintegração;
- c) recondução;
- d) reversão;
- e) readaptação.

**54** - De acordo com o regime jurídico dos servidores civis da União, o abandono de cargo configura-se com a ausência do serviço, praticada intencionalmente pelo servidor, de forma consecutiva, por mais de :

- a) 5 (cinco) dias;
- b) 10 (dez) dias;
- c) 15 (quinze) dias;
- d) 20 (vinte) dias;
- e) 30 (trinta) dias.

**55** - São princípios da licitação pública previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

- a) isonomia, igualdade e necessidade administrativa;
- b) razoabilidade, economicidade e onerosidade;

- c) publicidade, isonomia e necessidade administrativa;
- d) proibição administrativa, publicidade e isonomia;
- e) igualdade, razoabilidade e onerosidade.

## ***Direito Constitucional***

**56** - Todo poder emana do povo, que o exerce:

- a) por representantes eleitos ou diretamente;
- b) somente por representantes eleitos;
- c) somente por representantes eleitos indiretamente;
- d) por representantes nomeados ou diretamente;
- e) por representantes nomeados ou indiretamente.

**57** - A alternativa **INCORRETA** é:

- a) os órgãos públicos não podem se furtar ao dever de prestar ao solicitante informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral;
- b) o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença, tem direito de pleitear indenização do Estado;
- c) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado;
- d) é possível a privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política;
- e) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

**58** - A Constituição brasileira tende para a democracia semi-direta, pois combina aspectos da democracia representativa com outros da democracia direta. É correto, portanto, afirmar que a Constituição Federal/88 consagra como institutos de participação direta do povo as hipóteses contidas na opção:

- a) sufrágio universal e referendo popular;
- b) voto direto e secreto e iniciativa popular;
- c) sufrágio universal, voto direto e secreto e plebiscito;
- d) plebiscito, referendo popular e iniciativa popular;
- e) todas as formas relacionadas acima.

**59** - Nos termos da Constituição Federal/88, é **VERDADEIRO** o que está expresso na opção:

- a) são estáveis, após 02 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- c) não são admitidas as formas derivadas de provimento de cargo público;

- d) o servidor será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais;
- e) são irredutíveis o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos.

**60** - Considere as afirmativas abaixo e a seguir assinale a opção correta:

I- as garantias concedidas aos juizes de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios são absolutas;

II- a promoção do magistrado por merecimento pressupõe três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

III - compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os juizes estaduais e do Distrito federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

- a) apenas a afirmativa I é falsa;
- b) apenas a afirmativa II é verdadeira;
- c) apenas a afirmativa III é falsa;
- d) todas as afirmativas são falsas;
- e) todas as afirmativas são verdadeiras.